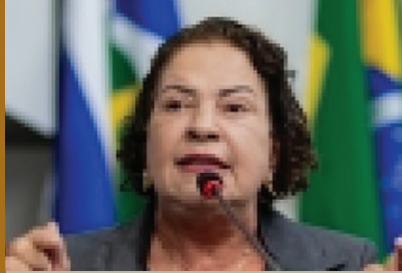




Jornalista registra ocorrência após acusações feitas por vereadores em Cuiabá

PÁGINAS 10 e 11



Baixinha Giraldelli critica acusações sem provas e diz ter se sentido traída por vereadores

PÁGINA 10

Jornal jovem

Revelar



O ÚNICO SITE PARA O MUNDO JOVEM!

MATO GROSSO, 16 A 31 DE MARÇO DE 2026 | EMAIL: noveen.comercial@gmail.com | ANO 06 - EDIÇÃO 77

CRISES ENTRE PREFEITOS E VICES MARCAM GESTÃO NAS TRÊS MAIORES CIDADES DE MATO GROSSO

CUIABÁ



prefeito Abilio Brunini enfrenta um cenário de desgaste

VÁRZEA GRANDE



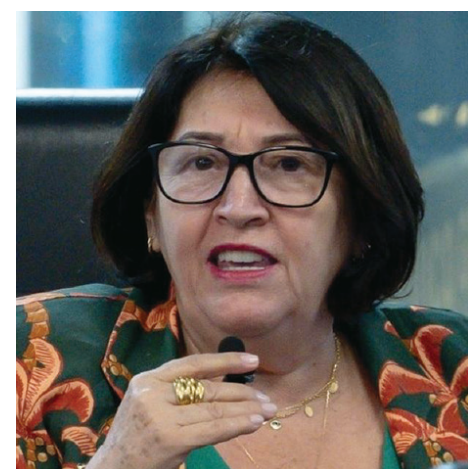
Prefeita Flávia Moretti vive uma relação marcada por atritos

RONDONÓPOLIS



prefeito Cláudio Ferreira divergências em relação a decisões administrativas

Artigo
Quando o vazamento expõe o apêndice político



Edina Araújo
Diretora VG Notícias

PÁGINA 8

AS ADMINISTRAÇÕES DAS TRÊS MAIORES CIDADES DE MATO GROSSO ATRAVESSAM MOMENTOS DE TENSÃO POLÍTICA ENVOLVENDO PREFEITOS E VICE-PREFEITOS. EM CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E RONDONÓPOLIS, OS CONFLITOS INTERNOS TÊM EVIDENCIADO DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DENTRO DAS PRÓPRIAS GESTÕES MUNICIPAIS. PÁGINA 7

MATO GROSSO CRIA POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

PÁGINA 9

ARTIGO

Vertigem ao levantar ou deitar: entenda o que pode estar por trás da tontura

Sentir o ambiente girar por alguns segundos ao se levantar da cama, virar a cabeça ou olhar para cima pode parecer algo passageiro, mas esse sintoma pode estar relacionado à Vertigem Posicional Paroxística Benigna (VPPB), uma das causas mais comuns de vertigem.

A VPPB é uma alteração do ouvido interno, estrutura responsável pelo equilíbrio do corpo. A condição ocorre quando pequenos cristais de cálcio, chamados otólitos, se deslocam para uma região onde não deveriam estar dentro do sistema vestibular. Esse deslocamento interfere na forma como o ouvido interno envia informações ao cérebro sobre a posição da cabeça, provocando episódios repentinos de vertigem.

EPISÓDIOS RÁPIDOS, MAS INTENSOS

Um dos principais sinais da VPPB é a sensação súbita de que tudo está girando ao redor, geralmente desencadeada por mudanças de posição da cabeça, como ao deitar, levantar da cama, virar para o lado ou inclinar a cabeça para trás.

Apesar de intensos, os episódios costumam durar alguns segundos ou até cerca de um minuto. Mesmo assim, podem causar desconforto, insegurança e até aumentar o risco de quedas, especialmente em pessoas mais velhas.

SINAIS DE ALERTA

Alguns sintomas podem indicar a presença da VPPB e merecem atenção. Entre os mais comuns estão tontura ao mudar a posição da cabeça, sensação de que o ambiente está girando, náuseas, desequilíbrio e instabilidade ao caminhar. Quando esses episódios acontecem com frequência, é importante buscar avaliação especializada para identificar a causa da vertigem.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

O diagnóstico da VPPB é feito por meio de avaliação clínica e de testes específicos de posicionamento da cabeça, que ajudam a identificar qual parte do ouvido interno está comprometida.

Apesar do nome parecer complexo, trata-se de uma condição benigna e tratável. O tratamento costuma envolver manobras de reposicionamento dos cristais, realizadas por profissionais capacitados, como fisioterapeutas especializados em reabilitação vestibular.

Essas manobras têm como objetivo reposicionar os otólitos no local correto dentro do ouvido interno, permitindo que o sistema de equilíbrio volte a funcionar adequadamente. Em muitos casos, os sintomas podem melhorar já nas primeiras sessões.

Sempre que surgirem episódios frequentes de vertigem, principalmente associados aos movimentos da cabeça, é importante procurar orientação profissional. O diagnóstico correto é fundamental para diferenciar a VPPB de outras causas de tontura e indicar o tratamento mais adequado.

Heloise de Queiroz é fisioterapeuta no Instituto Lombardi, especialista em atendimento de otoneurologia e gerontologia.



O JORNAL É UMA PUBLICAÇÃO DO GRUPO
REVELAR COMUNICAÇÃO

Endereço: Rua Dom João VI S/N, Nova Várzea Grande
 Cidade Várzea Grande - MT

Email: noveen.comercial@gmail.com

Telefone: (65) 9 9665-8746

Diretor Geral: Octavio Oliveira

Editor Geral: Carolina Miranda

Repórter: Carolina Miranda

Matéria de divulgação

PENSE NISSO

Anvisa alerta para riscos do uso indevido de preenchedores estéticos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu um alerta nesta quinta-feira (12) sobre os riscos à saúde relacionados ao uso inadequado de preenchedores de pele utilizados em procedimentos estéticos. Entre as substâncias citadas estão a hidroxipatita de cálcio, o ácido hialurônico, o PLLA (poli-L-ácido láctico) e os preenchedores permanentes à base de PMMA (polimetilmetacrilato).

Esses produtos são injetáveis e classificados como dispositivos médicos de alto e máximo risco, podendo ser comercializados apenas quando possuem registro na Anvisa.

De acordo com a agência, a aplicação em regiões do corpo que não são indicadas ou em quantidades diferentes das especificadas nas instruções dos fabricantes pode causar sérios danos à saúde, com consequências clínicas incapacitantes ou de difícil tratamento.

Entre as complicações mais graves relatadas estão embolia pulmonar e deficiência visual, que pode ser temporária ou permanente, causada por oclusão vascular. Também foram registrados casos de inflamação granulomatosa — um tipo crônico de resposta imunológica —, além de aumento dos níveis de cálcio no sangue, formação de cálculos renais e até



insuficiência renal com necessidade de hemodiálise.

A Anvisa orienta que, antes de realizar qualquer procedimento, os pacientes verifiquem quais áreas do corpo e quais volumes são permitidos para aplicação, conforme as instruções de uso do produto.

Também é recomendado buscar orientação de um profissional de saúde qualificado antes de iniciar o tratamento. Caso surjam sinais ou sintomas de complicações, a orientação é procurar assistência especializada imediatamente.

A agência destaca ainda a importância de verificar se o produto está

regularizado, se o estabelecimento é autorizado e se o profissional responsável possui qualificação para realizar o procedimento. Além disso, o paciente deve receber o cartão de rastreabilidade do produto utilizado, enquanto uma cópia deve permanecer no prontuário.

Em caso de suspeita de eventos adversos relacionados ao uso dos preenchedores, o problema pode ser comunicado diretamente à Anvisa.

Denúncias sobre produtos irregulares ou fabricados por empresas não licenciadas podem ser feitas por meio do sistema Fala.BR, da Ouvidoria da agência. **Fonte: Agência Brasil**

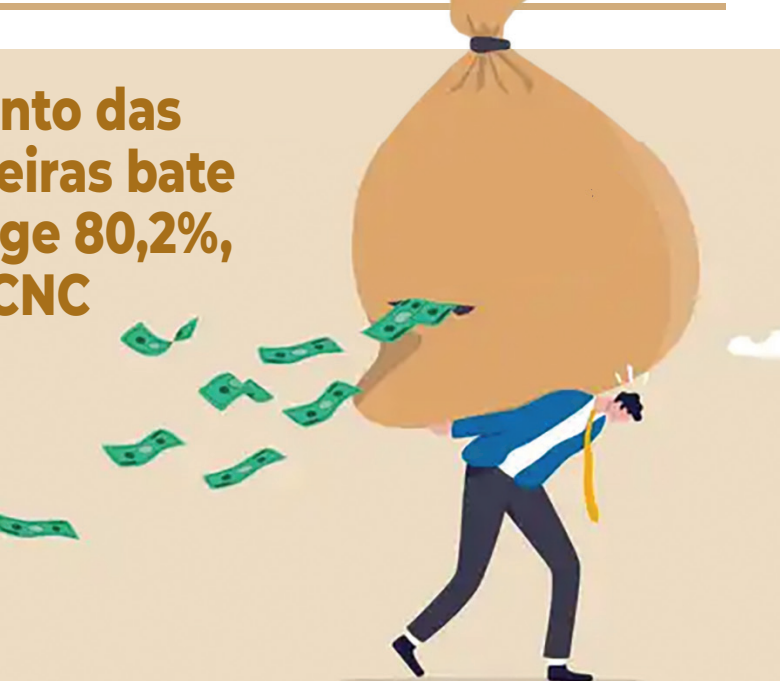
TRISTE REALIDADE

Endividamento das famílias brasileiras bate recorde e atinge 80,2%, aponta CNC

O endividamento das famílias no Brasil alcançou novo recorde histórico em fevereiro, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A pesquisa aponta que 80,2% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, o maior nível desde o início da série histórica, em 2010.

O índice representa alta de 0,7 ponto percentual em relação a janeiro e crescimento de 3,8 pontos percentuais na comparação com fevereiro de 2025.

Além do aumento do endividamento, o estudo também mostrou crescimento da inadimplência. Cerca de 29,6% das famílias afirmaram ter contas ou parcelas em atraso.



Segundo a CNC, os juros elevados têm dificultado o pagamento das dívidas e pressionado o orçamento das famílias. O cartão de crédito continua sendo a principal modalidade de endividamento, citado por 85% dos entrevistados, seguido por carnês de loja (16%), crédito pessoal (12,3%), financiamento imobiliário (9,8%) e financiamento de

veículos (8,9%).

O cenário ocorre em meio ao debate sobre a taxa básica de juros do país. Atualmente, a Banco Central do Brasil mantém a taxa Taxa Selic em 15% ao ano, e o mercado aguarda a próxima reunião para decidir possíveis mudanças na política monetária.



GRÊMIOS ESTUDANTIS PASSAM A RECEBER REPASSE FINANCEIRO PARA FORTALECER PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS DE MT

Desde 2025, os 510 grêmios estudantis oficialmente instalados nas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso passaram a contar com um incentivo financeiro para desenvolver suas atividades. A iniciativa garante que as entidades estudantis recebam o chamado Caixa da Juventude (Caju), correspondente a 1% do valor total do repasse anual do Recurso Único destinado às unidades escolares.

A medida foi autorizada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) com concordância das gestões escolares e cria respaldo legal para que os grêmios promovam projetos, ações e iniciativas voltadas ao fortalecimento do protagonismo dos estudantes dentro das escolas.

O valor destinado às agremiações varia de acordo com o montante repassado a cada unidade de ensino pela Seduc. As escolas recebem recursos anuais que podem chegar a R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 400 mil ou R\$ 450 mil, dependendo do porte da instituição — classificado como pequeno, médio, grande ou especial, neste último caso para unidades com mais de 4 mil metros quadrados.

Na prática, o recurso permite que os dirigentes dos grêmios tenham apoio financeiro para desenvolver atividades no ambiente escolar, ampliando a participação dos alunos na construção de uma escola mais democrática e participativa.

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, destaca que o grêmio estudantil é uma importante forma de representação dos alunos, baseada em princípios democráticos

e voltada ao diálogo sobre interesses coletivos e propostas que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo ele, a atuação gremista também contribui para o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política dos estudantes, além de incentivar o respeito à diversidade cultural. “É também uma oportunidade para que os alunos aprendam a lidar com recursos financeiros

públicos”, pontua o secretário.

Alan Porto ressalta ainda que os grêmios podem assumir papel protagonista na criação e execução de ações que melhorem a convivência e a dinâmica dentro das escolas. “Os estudantes têm capacidade de contribuir com a gestão escolar e transformar a comunidade escolar para melhor. Com um pequeno recurso financeiro, essas iniciativas podem acontecer com mais eficiência”, afirma.

Outro ponto destacado é a presença do professor interlocutor, profissional que acompanha e orienta os estudantes nas atividades do grêmio. A escolha desse representante é feita pelos próprios alunos, por meio de votação. O cargo pode ser ocupado por professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos ou outros profissionais da unidade.

Atualmente, Mato Grosso possui 510 grêmios estudantis ativos na rede estadual. A meta da Seduc é ampliar esse número e alcançar, até o fim do ano letivo, a implantação das agremiações em todas as 628 escolas estaduais, fortalecendo a participação dos estudantes na gestão e no cotidiano escolar.

RECURSO ÚNICO

O Recurso Único, de onde é retirado o percentual destinado aos grêmios, é uma verba descentralizada voltada principalmente para manutenção e melhorias na infraestrutura das escolas.

Entre os serviços que podem ser custeados estão reparos em cozinhas e banheiros, ajustes ou substituição de forros, manutenção elétrica e hidráulica, consertos em revestimentos cerâmicos, além de intervenções em muros, cercas, alambrados e revitalização da pintura das unidades escolares.

Para acessar os recursos, as escolas precisam apresentar um pedido formal com justificativa da necessidade, anexar três orçamentos de materiais ou serviços e incluir registros fotográficos que comprovem a demanda, seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria de Educação.

GRÊMIOS ESTUDANTIS JÁ ESTÃO PRESENTES EM MAIS DE 80% DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO



Os grêmios estudantis voltaram a ganhar força na rede estadual de ensino de Mato Grosso. Dados da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) mostram que 510 das 628 escolas estaduais já contam com essas organizações, o que representa 81,21% das unidades de ensino.

Os números foram apresentados nesta quarta-feira (11) durante o 3º Encontro Estadual dos Grêmios Estudantis, realizado no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá. O índice registrado em Mato Grosso é significativamente superior à média nacional das escolas públicas, que gira em torno de 14%, segundo levantamento da Campanha Nacional

pelo Direito à Educação.

Os grêmios foram reativados pela Seduc em 2021 e, desde então, vêm sendo fortalecidos como espaços de participação estudantil dentro das escolas.

Para o secretário estadual de Educação, Alan Porto, os grêmios desempenham papel importante na formação cidadã dos estudantes e no desenvolvimento de lideranças juvenis.

Segundo ele, iniciativas como o encontro estadual ajudam a promover integração entre os alunos, troca de experiências e acesso a oportunidades educacionais que contribuem para o crescimento acadêmico e pessoal dos jovens.

Entre os objetivos da iniciativa estão incentivar a participação dos estudantes nas decisões da escola, estimular o protagonismo juvenil e formar lideranças capazes de desenvolver projetos e ações dentro da comunidade escolar.

De acordo com o coordenador dos Grêmios Estudantis da Seduc, Matheus Oliveira da Silva, a presença dessas organizações nas escolas fortalece a autonomia dos alunos e estimula a construção de um ambiente mais democrático.

Nos últimos anos, a mobilização também tem ocorrido por meio dos encontros regionais organizados pelas Diretorias Regionais de Educação. Desde 2024, mais de 9

mil estudantes participaram dessas atividades, realizadas tanto de forma presencial quanto on-line.

O 3º Encontro Estadual reuniu mais de 3 mil alunos da rede pública e contou com palestras, debates e atividades voltadas ao desenvolvimento de liderança, participação estudantil e inteligência emocional.

Entre os convidados do evento estiveram o palestrante Davi Braga, que falou sobre protagonismo juvenil, e o Capitão Jaque Espera, que abordou temas relacionados à liderança e desempenho pessoal. Também houve um talk show com estudantes e o secretário Alan Porto para discutir desafios e perspectivas da educação pública.

FORNECEDORES PODEM ADERIR AO PROCON DIGITAL PARA AGILIZAR ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

Empresas interessadas em utilizar o sistema Procon Digital devem solicitar adesão junto à Secretaria Adjunta de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor de Mato Grosso (Procon-MT), órgão vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso (Setasc).

A plataforma, também disponível no aplicativo MT Cidadão, é utilizada pelo órgão para registrar atendimentos, reclamações e outros procedimentos relacionados à defesa do consumidor.

Segundo a secretária adjunta do Procon-MT, Ana Rachel Pinheiro Gomes, o sistema permite que empresas encaminhem respostas, manifestações e documentos diretamente pela plataforma, tornando a comunicação com o

órgão e com os consumidores mais rápida e eficiente.

Para aderir ao sistema, os fornecedores devem preencher o formulário de cadastro disponível no Procon Digital e enviá-lo, juntamente com a documentação exigida, para o e-mail institucional do órgão. Após a análise dos documentos, o Procon-MT libera o acesso ao sistema.

Com o cadastro concluído, as empresas deverão encaminhar respostas e documentos preferencialmente pela plataforma digital. O envio por e-mail será aceito apenas em casos relacionados a processos antigos que ainda tramitam no sistema Sigadoc.

Já os fornecedores

que optarem por não aderir ao Procon Digital continuarão recebendo notificações e enviando manifestações por correspondência, via Correios.

Para realizar o cadastro, é necessário apresentar documentos como comprovante de inscrição no CNPJ, contrato social da empresa, documentos de identificação dos sócios ou representantes legais e, quando for o caso, procuração ou substabelecimento.



REVELAR comunicação



Noveen
 O ÚNICO PARA O MUNDO JOVEM

RODA GIGANTE
 MISTUREBA DE AÇÕES

Revelar
 JORNAL JOVEM

Assessoria de Imprensa
 Consultoria de comunicação

www.noveen.com.br

[revelarcomunicacao](https://www.instagram.com/revelarcomunicacao)

Contato: 65 9 9665-8746

noveensite

GOVERNADOR MAURO MENDES DIZ QUE APOIO DE LULA E BOLSONARO TEM PESO NA ELEIÇÃO



O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, afirmou que o apoio de lideranças nacionais pode ter influência nas eleições, mas ressaltou que a escolha do próximo gestor deve levar em conta a capacidade administrativa de quem vai governar o estado.

Durante entrevista à imprensa, Mendes citou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro como figuras políticas de grande relevância no cenário nacional, destacando que ambos possuem forte influência entre seus eleitores.

Apesar disso, o governador ponderou que, independentemente dos apoios recebidos durante a campanha, a responsabilidade de administrar o estado será exclusivamente do candidato eleito.

Segundo ele, o eleitor precisa avaliar critérios como experiência, preparo e histórico de gestão ao escolher o futuro comandante do Palácio Paiaçuás. Para Mendes, governar exige competência, honestidade e capacidade de conduzir políticas públicas que atendam às demandas da população.

O governador ainda reforçou que, embora o apoio de lideranças nacionais possa ajudar em uma campanha eleitoral, isso não substitui a necessidade de um gestor preparado para assumir a responsabilidade de administrar o estado.



MAURO MENDES: A ESCOLHA DO PRÓXIMO GESTOR DEVE LEVAR EM CONTA A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE QUEM VAI GOVERNAR O ESTADO.



CRISES ENTRE PREFEITOS E VICES MARCAM GESTÃO NAS TRÊS MAIORES CIDADES DE MATO GROSSO



AS ADMINISTRAÇÕES DAS TRÊS MAIORES CIDADES DE MATO GROSSO ATRAVESSAM MOMENTOS DE TENSÃO POLÍTICA ENVOLVENDO PREFEITOS E VICE-PREFEITOS. EM CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E RONDONÓPOLIS, OS CONFLITOS INTERNOS TÊM EVIDENCIADO DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DENTRO DAS PRÓPRIAS GESTÕES MUNICIPAIS.

CUIABÁ



Na capital do estado, o prefeito Abilio Brunini enfrenta um cenário de desgaste com a vice-prefeita Coronel Vânia. A relação entre os dois se deteriorou após disputas por espaço dentro da gestão municipal. A vice chegou a reivindicar maior participação administrativa, incluindo estrutura própria e cargos para sua equipe.

Durante a crise, Coronel Vânia também mudou de partido e se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro, movimento que ampliou o distanciamento político em relação ao prefeito. Nos bastidores, o episódio mais recente ocorreu durante viagem oficial de Abilio aos Estados Unidos, quando houve articulação política para que a vice não assumisse temporariamente o comando da prefeitura.

VÁRZEA GRANDE



Já em Várzea Grande, a prefeita Flávia Moretti vive uma relação marcada por atritos com o vice-prefeito Tião da Zaelli. Desde o início do mandato, ambos protagonizam disputas por influência dentro da administração municipal, especialmente na definição de nomes para o primeiro escalão.

As divergências já resultaram em diversas mudanças no quadro de secretários e trocas públicas de críticas. Em um dos momentos mais tensos, o vice chegou a mencionar a existência de supostas irregularidades financeiras, pressionando por maior espaço político na gestão.

O cenário de conflitos simultâneos nas três cidades evidencia um ambiente político conturbado nas principais administrações municipais do estado e levanta questionamentos sobre a estabilidade e a governabilidade dessas gestões.

RONDONÓPOLIS



O episódio mais recente ocorreu em Rondonópolis, onde o vice-prefeito Altemar Lopes da Silva anunciou rompimento político com o prefeito Cláudio Ferreira. Altemar afirmou que a decisão foi motivada por divergências em relação a decisões administrativas tomadas pelo gestor municipal. Segundo ele, a comunicação do rompimento ocorreu diretamente ao prefeito, durante uma conversa pessoal. O vice destacou que manterá respeito no campo pessoal, mas disse não concordar com a condução política da administração.

Artigo

Quando o vazamento expõe o apêndice político



Edina Araújo
Diretora VG Notícias

“
Convém lembrar o óbvio. A culpa não é da imprensa. A imprensa apenas cumpre o seu papel ao divulgar fatos de interesse público”.

Certa vez, um médico que, à época, também era prefeito de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso e para quem eu prestava assessoria ao município, fez um desabafo que ficou gravado na minha memória. Aborrecido com a pressão de vereadores locais, resumiu sua frustração com uma metáfora cirúrgica. Disse que vereador é como apêndice. Um órgão inútil. Normalmente não serve para nada, mas, quando inflama, pode romper e causar uma infecção. Em seguida completou: “vereador não serve para nada, mas, quando resolve incomodar, ninguém aguenta”.

Confesso que essa frase me voltou à cabeça nos últimos dias, quando estourou o episódio envolvendo vereadores de Cuiabá. Em um grupo de WhatsApp, parlamentares se sentiram à vontade para falar horrores da imprensa. Áudios e mensagens que provavelmente acreditavam estar protegidos pelo conforto da informalidade digital acabaram vazando. O portal VGN recebeu e publicou o material com exclusividade e, como era de se esperar, a repercussão foi imediata.

Até aí, nada de extraordinário. Vazamentos acontecem na política desde que a política existe. O que realmente chama atenção não é o vazamento. É a reação dos vereadores.

Em vez de fazerem o óbvio, que seria uma reflexão honesta sobre o próprio comportamento, preferiram fazer o que parte da classe política brasileira domina com impressionante habilidade. Procurar culpados. Sem provas, sem evidências, sem qualquer responsabilidade. Acusaram uma jornalista. Espalharam suspeitas. E, como se não bastasse, direcionaram a artilharia contra uma vereadora, aparentemente por considerarem que ela seria o elo mais fraco da corrente.

É difícil ignorar o odor político desse movimento. A atitude revela irresponsabilidade institucional e também algo ainda mais constrangedor. Um machismo quase automático. Afinal, segundo informações divulgadas, o grupo de WhatsApp era composto pelos 27 vereadores. Se houve vazamento, por que a suspeita recai imediatamente sobre uma mulher? Por que não poderia ter sido qualquer um dos vereadores homens? Quando faltam argumentos, o preconceito costuma surgir como último recurso.

Esse tipo de episódio ajuda a explicar por que a Câmara Municipal de Cuiabá já carregou, em tempos recentes, o incômodo rótulo de “Casa dos Horrores”. Sempre que parece haver algum esforço para recuperar a credibilidade institucional, surge um novo capítulo que reforça a impressão de que certos vícios políticos se reproduzem com notável resistência.

Convém lembrar o óbvio. A culpa não é da imprensa. A imprensa apenas cumpre o seu papel ao divulgar fatos de interesse público. A

responsabilidade pelo conteúdo dos áudios pertence exclusivamente a quem os gravou. Foram os próprios parlamentares que disseram o que disseram. Nenhum jornalista colocou palavras na boca de ninguém.

Nos áudios, alguns vereadores demonstram coragem de sobra para atacar jornalistas dentro de um grupo privado. Ali, protegidos pela tela do celular, surgem os valentões da política municipal. Um deles chegou a incentivar as colegas a usar a tribuna para “detonar” a imprensa, acusando veículos de comunicação de receber dinheiro para criticá-los. São bravatas típicas de quem parece confundir mandato público com ringue de vaidades — ou de quem mede a imprensa pela própria régua.

A tribuna da Câmara, no entanto, não existe para esse tipo de espetáculo. Ela deveria servir ao debate público sério, à apresentação de propostas e à defesa concreta dos interesses da população.

Enquanto vereadores gastam energia tentando descobrir quem vazou áudios de WhatsApp, Cuiabá enfrenta problemas muito mais concretos. A cidade está cheia de buracos. O mato avança pelas ruas. A sensação de abandono cresce nos bairros. O cidadão comum não quer saber quem vazou mensagens de grupo. Quer saber quem está trabalhando para resolver os problemas da cidade.

Talvez fosse mais produtivo que esses parlamentares fizessem um exercício simples de autocrítica. Menos indignação performática e mais trabalho efetivo. Especialmente considerando que as acusações foram feitas pelos próprios vereadores com notável leviandade.

Aliás, fica aqui uma sugestão à imprensa. Que tal todos os veículos realizarem um levantamento detalhado dos projetos apresentados por cada vereador de Cuiabá? Quantos são realmente relevantes? Quantos saíram do papel? Quantos se transformaram em políticas públicas concretas? E quanto custou cada um deles ao contribuinte?

Esse tipo de transparência permitiria que a população enxergasse com mais clareza quem exerce o mandato com seriedade e quem apenas ocupa uma cadeira no plenário.

Porque, no fim das contas, a política deveria funcionar como um organismo saudável. Cada órgão tem uma função. Cada parte contribui para o funcionamento do todo.

O problema começa quando o apêndice inflama.

E, quando isso acontece, o risco de infecção aumenta — principalmente para quem paga a conta: o cidadão. Em tempo, convém torcer para que os vereadores não resolvam agora sair à procura do médico que um dia os comparou ao apêndice.

MATO GROSSO CRIA POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS



O Governo de Mato Grosso publicou nesta quinta-feira (12) o Decreto nº 1.937, que institui a Política Estadual de Prevenção, Segurança e Proteção no Ambiente Escolar. A medida busca prevenir a violência e fortalecer a segurança em escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Ensino.

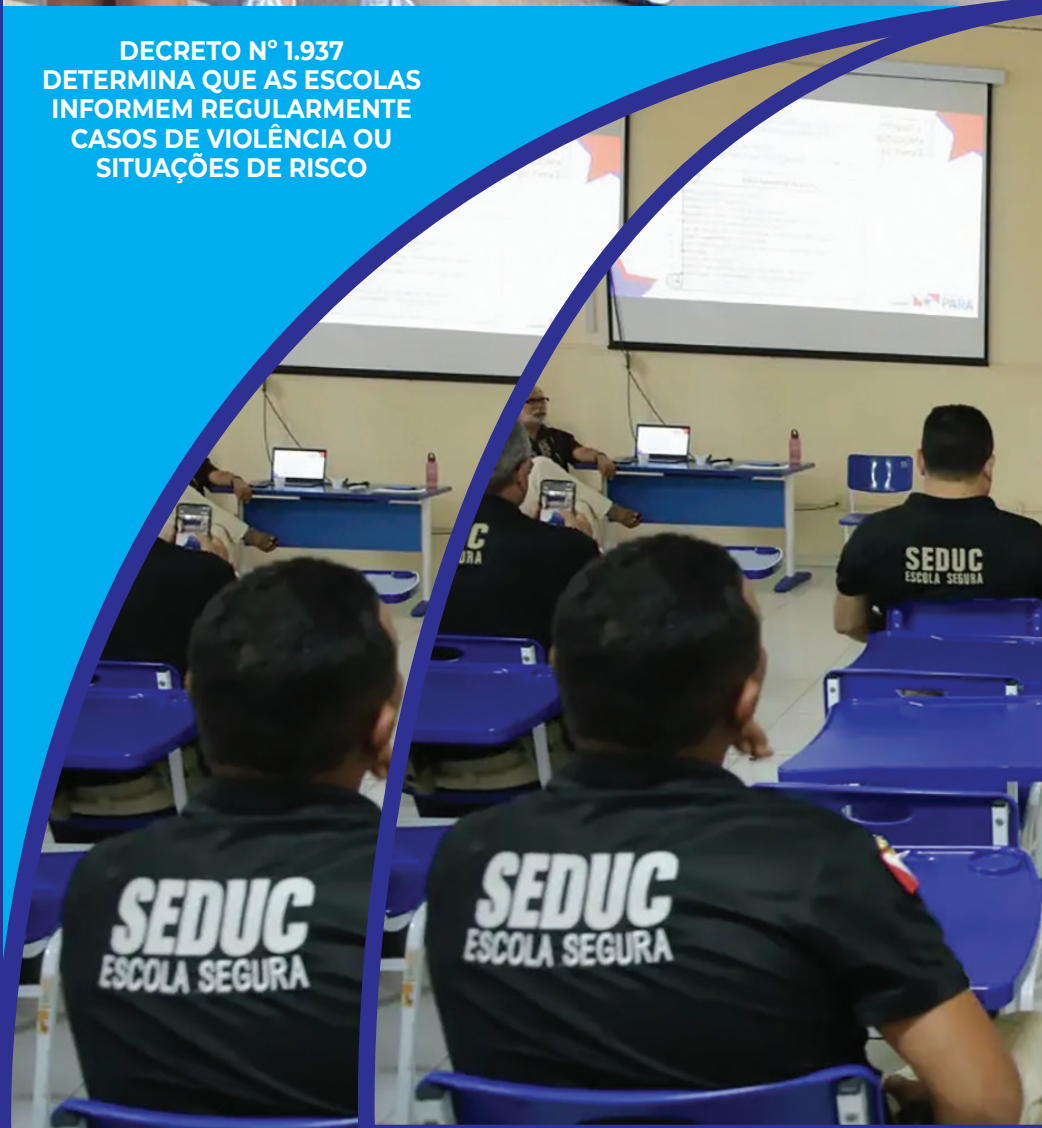
A política será coordenada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc) e prevê ações como apoio psicossocial a estudantes e profissionais, capacitação de servidores, campanhas educativas e programas de mediação de conflitos.

O decreto também determina que as escolas informem regularmente casos de violência ou situações de risco, dados que serão enviados ao Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE) para monitoramento e elaboração de políticas públicas.

A iniciativa está estruturada em três eixos: prevenção, segurança e proteção. Em casos graves ou de reincidência, poderá ocorrer a transferência do estudante para outra unidade, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A política também integra programas já existentes na rede estadual, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e o Vigia Mais MT, além de iniciativas voltadas à cultura de paz e à saúde mental nas escolas.

DECRETO Nº 1.937
DETERMINA QUE AS ESCOLAS
INFORMEM REGULARMENTE
CASOS DE VIOLÊNCIA OU
SITUAÇÕES DE RISCO



JORNALISTA REGISTRA OCORRÊNCIA APÓS ACUSAÇÕES FEITAS POR VEREADORES EM CUIABÁ



VEREADOR DEMILSON NOGUEIRA (PP)



ILDE TAQUES (PSB)

A jornalista Larissa Malheiros registrou um boletim de ocorrência após ser acusada por vereadores de Cuiabá de envolvimento no vazamento de conversas de um grupo de WhatsApp formado por parlamentares.

Segundo o relato apresentado à polícia, os vereadores Demilson Nogueira (PP) e Ilde Taques (PSB) teriam afirmado que a jornalista seria responsável por divulgar áudios de conversas internas do grupo. Durante uma reunião, ela teria sido informada de que a suspeita era de que teria clonado o celular da vereadora Baixinha Giraldeleli (Solidariedade), para quem trabalhou como assessora de imprensa entre janeiro e outubro de 2025.

De acordo com o registro da ocorrência, Demilson teria relatado aos vereadores presentes que recebeu informações de um jornalista de Várzea Grande, que apontou Larissa como responsável pelo vazamento e teria apresentado supostas provas de que mensagens foram enviadas a partir do telefone da vereadora.

Durante a reunião, Baixinha questionou como isso poderia ter ocorrido, já que a jornalista não trabalhava mais em seu gabinete havia cerca de cinco meses. Nesse momento, foi levantada a hipótese de que o aparelho teria sido clonado.

No boletim de ocorrência, Larissa afirmou que nunca teve acesso ao celular da parlamentar e que, desde que deixou o cargo no gabinete, as duas se encontraram apenas em eventos públicos.

Após as acusações, Baixinha informou que pretendia promover uma conversa entre a jornalista e o vereador para esclarecer o caso. No entanto, segundo o relato, Demilson não participou do encontro. Questionado sobre a existência de provas, ele teria afirmado que não possuía evidências e sugerido que o assunto fosse encerrado.

A jornalista procurou a presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Paula Calil, solicitando providências e uma retratação pública. Segundo Larissa, o pedido não foi atendido.

Ela também relatou que as acusações têm causado constrangimento no exercício de suas atividades profissionais, já que mantém contato frequente com vereadores no exercício da função jornalística.

Em manifestação sobre o caso, Baixinha Giraldeleli afirmou que não acredita na possibilidade de clonagem do celular, destacando que Larissa nunca teve acesso ao aparelho. A vereadora também disse que, enquanto trabalhou em seu gabinete, a jornalista utilizava equipamentos próprios para desempenhar suas funções.

O vereador Demilson Nogueira foi procurado, mas não respondeu aos contatos até o momento.

BAIXINHA GIRALDELLI CRITICA ACUSAÇÕES SEM PROVAS E DIZ TER SE SENTIDO TRAÍDA POR VEREADORES

Durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Cuiabá realizada nesta quinta-feira (12), a vereadora Baixinha Giraldeleli (Solidariedade) usou a tribuna para comentar o episódio envolvendo a jornalista Larissa Malheiros e afirmou que também foi atingida pelas suspeitas relacionadas ao vazamento de áudios internos do Legislativo.

Em sua fala, a parlamentar criticou o que classificou como acusações sem provas e disse ter se sentido exposta e injustiçada durante a reunião em que o assunto foi discutido entre os vereadores.

Segundo Baixinha, chegou a ser mencionado que seu celular teria sido acessado ou “clonado”, o que ela negou categoricamente. A vereadora também afirmou que seu gabinete sequer foi visitado por pessoas que teriam sido citadas durante as conversas sobre o caso.

“Acusar sem prova é muito fácil. Ninguém pensou em mim como profissional, nem na minha pessoa. Sempre trabalhei a vida inteira e quem me conhece sabe que eu não mando recado”, declarou.

A parlamentar afirmou ainda que ficou surpresa ao perceber que colegas de Legislativo passaram a desconfiar dela. Para Baixinha, a situação foi especialmente dolorosa por

envolver pessoas que ela considera amigas dentro da Câmara.

“Fiquei muito sentida, porque muitos aqui são meus amigos. Mesmo dizendo que acreditavam em mim, sempre fica aquela desconfiança”, disse.



VEREADORA BAIXINHA GIRALDELLI (SOLIDARIEDADE)

Baixinha também afirmou que tentou entender a origem das acusações e chegou a pedir que fossem apresentadas provas sobre quem teria divulgado as informações. Ela mencionou o nome do vereador Demilson Nogueira (PP), dizendo que ele teria acreditado em informações repassadas por terceiros.

“Eu queria que esse jornalista que falou para o Demilson tivesse coragem de mostrar a prova e dizer quem passou essa informação. Falar é fácil, mas é preciso provar”, afirmou.

A vereadora concluiu dizendo que jamais deixaria uma acusação desse tipo sem esclarecimentos e que sempre prefere resolver qualquer situação de forma direta, conversando com as pessoas envolvidas.

“Quem me conhece sabe que eu vou na pessoa e pergunto: você falou isso? Você fez isso? Eu vou atrás da verdade. O que me deixou triste foi ter sido exposta diante de todos sem que ninguém se preocupasse comigo”, declarou.

VEREADOR “FOGE DA RAIA” E DIZ QUE ACUSAÇÃO FALSA CONTRA JORNALISTA NÃO VAI DAR EM NADA

Durante o grande expediente da sessão da Câmara Municipal de Cuiabá desta quinta-feira (12), o vereador Ilde Taques (Podemos) comentou a denúncia feita pela jornalista Larissa Malheiros e acabou gerando ainda mais polêmica ao minimizar o caso.

Ao falar sobre o assunto, Taques afirmou que não houve acusação formal contra a jornalista e sugeriu que a situação não deve gerar consequências. “O que fiz foi apenas comentar sobre o caso do vazamento de informações internas, sequer citei o nome de nenhum jornalista e até desconheço essa jornalista que registrou o BO contra a minha pessoa”, declarou.

Na prática, o vereador admite que o nome da jornalista circulou entre os parlamentares como responsável pelo vazamento, mas trata o caso como algo sem importância.

A postura levanta críticas sobre a responsabilidade de agentes públicos ao fazer acusações sem provas, especialmente quando

atingem diretamente a reputação de profissionais da imprensa. Mesmo sem formalização oficial, atribuir publicamente a alguém a autoria de um suposto vazamento pode causar danos à imagem e à credibilidade da vítima.

A jornalista registrou, nesta terça-feira (11), um boletim de ocorrência por calúnia e difamação contra os vereadores Ilde Taques e Demilson Nogueira (PP). No documento, ela relata que foi acusada durante uma reunião com cerca de 19 parlamentares de ser a responsável pelo vazamento de áudios internos do Legislativo.

Com o registro do boletim de ocorrência, o caso passa agora para análise das autoridades, que deverão apurar se houve crime contra a honra da jornalista. Enquanto isso, a fala do vereador reforça a percepção de que, dentro do Legislativo cuiabano, acusações graves podem ser feitas sem que seus autores se sintam obrigados a responder por elas.

"O QUE FIZ FOI APENAS COMENTAR SOBRE O CASO DO VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES INTERNAS"



ESTÁ MUITO MELHOR VIVER EM MATO GROSSO



PONTES ENTREGUES: 261
PONTES EM OBRAS: 84



**Governo de
Mato
Grosso**